

*ALGUNS APONTAMENTOS
SOBRE O IDADISMO: A POSIÇÃO
DE PESSOAS IDOSAS DIANTE DESSE AGRAVO
À SUA SUBJETIVIDADE*

Ana Carla Santos Nogueira de Sousa¹
Flamínia Manzano Moreira Lodovici²
Nádia Dumara Ruiz Silveira³
Regina Pilar Galhego Arantes⁴

resumo

O novo perfil da pessoa idosa acarretou uma maior visibilidade da velhice, evidenciando um de seus problemas — a discriminação social etária, manifesta por meio de afirmações, condutas e atitudes

1 Graduada em Fonoaudiologia, pela UNIME (BA). Mestranda em Gerontologia/PUC-SP. E-mail: nogueira.geronto@bol.com.br.

2 Graduada em Letras. Doutora em Linguística (IEL/Unicamp). Professora Assistente-Doutor do Departamento de Linguística/FAFICLA/PUC-SP e Pesquisadora e Docente do Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia/FACHS/PUC-SP. E-mail: flalodo@terra.com.br / flodovici@pucsp.br.

3 Graduada em Pedagogia. Doutora em Ciências Sociais/USP-SP. Professora-titular do Departamento de Fundamentos da Educação, da Faculdade de Educação, e Pesquisadora e Docente do Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia/FACHS/PUC-SP e Educação: Currículo da FE/PUC-SP. E-mail: ndrs@uol.com.br / ndrs@pucsp.br.

4 Graduada em Pedagogia. Orientadora Profissional. Mestre em Gerontologia/PUC-SP. Pesquisadora do LEC. Coordenadora de Produção do Portal do Envelhecimento. Consultora associada do OLHE. Consultora do CMI. Coordenadora do ECAP. E-mail: reginaarantes@uol.com.br.

preconceituosas —, ainda presentes nas interações diárias, contra a pessoa idosa. O objetivo desta pesquisa é investigar, à luz da perspectiva da Gerontologia Social, a posição de pessoas idosas em episódios de discriminação social etária e a avaliação do consequente impacto negativo. O presente artigo se baseia na revisão da literatura, apresentando algumas posições teóricas sobre o preconceito e a discriminação, subsumidos ao Idadismo, e da interpretação de dados empíricos advindos de entrevista com idosos. Este é um estudo de corte transversal, com amostra de 145 sujeitos, de 60 a 86 anos, de ambos os sexos. A coleta de dados valeu-se da versão portuguesa do instrumento *Ageism Survey*, com vistas às funções avaliadas: frequência de discriminação; reconhecimento da discriminação ligada à idade, ao sexo, à escolaridade e ao estado civil. Os resultados mostram, de forma significativa, a presença de discriminação em todas as variáveis. Assim, este estudo chama a atenção para as necessárias ações voltadas à educação sobre o envelhecimento, a fim de que pessoas idosas, especialmente as menos favorecidas, deixem de receber os efeitos da discriminação etária e possam, ao ter preservada sua subjetividade, viver com mais dignidade a velhice, contribuindo, desta forma, a uma sociedade adequada a todas as idades.

palavras-chave

Efeitos do Idadismo/Ageísmo/Etarismo. Preconceito geracional. Intolerância intergeracional.

1 Introdução

Idadismo (ou Ageísmo ou Etarismo), termo que caracteriza o preconceito⁵ e a consequente discriminação a pessoas de mais idade, é fenômeno que continua renitente na sociedade, apesar das quatro décadas de explicitação de sua natureza e contestação por Butler (1969) e por seus seguidores.

5 Preconceito é um “juízo” preconcebido, formado *a priori*, manifesto geralmente na forma de uma atitude “discriminatória” perante pessoas, lugares ou tradições considerados diferentes ou estranhos. Costuma indicar desconhecimento pejorativo de alguém ou de um grupo social, ao que lhe é diferente. As formas mais comuns de preconceito são: o racial (racismo), o de gênero (sexismo) e o etário (ageísmo ou etarismo ou idadismo, sendo esta última forma a adotada neste trabalho), todos sendo preconceitos sociais, uma discriminação sem fundamento que atinge pessoas que se sentem inferiorizadas por alguma razão externa ou por algum fato histórico (Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Preconceito> e em <http://agingresearch.org/content/article/detail/915>. Acesso em: 12 nov. 2013).

Propomo-nos a refletir sobre a questão do Idadismo, a partir das seguintes questões: Qual é a posição de pessoas idosas brasileiras diante do preconceito social? Quais os efeitos, revelados pelos idosos, decorrentes de atitudes e dizeres que podem ser considerados como preconceituosos/discriminadores? Os idosos recebem esses efeitos como um fenômeno negativo ou alguns simplesmente os ignoram? Por que um sujeito insiste no Idadismo, apesar das advertências contra sua prática, sem refletir sobre o quê e sobre como o faz? Justifica-se, a nosso ver, que retomemos o estudo desse fenômeno que não vem sendo diretamente focado nos estudos brasileiros sobre envelhecimento e velhice.

Ao nos propormos a abordar, a partir da posição assumida pelas pessoas idosas aqui entrevistadas, a questão do Idadismo, tentamos encaminhar nossa reflexão com apontamentos iniciais para a proposta de uma educação multidisciplinar que renove os dizeres sobre a velhice.

Como passos iniciais para abordar o fenômeno do Idadismo, fazemos um levantamento de como ele vem sendo concebido, tratado na sociedade, na literatura (gerontológica, linguística, educacional), a partir de que momento se verifica uma alternância em considerá-lo um fenômeno de efeitos positivos ou negativos.

É de se notar que a presença permeante do Idadismo nos discursos, gestos ou atitudes das pessoas se faz de forma que estas não se deem conta de que estão, de fato, sendo preconceituosas e discriminadoras.

Butler (1969; 1980; 2006) explicita de forma clara como o processo se configura, injustificável em sua permanente ocorrência; justamente por não ter absolutamente qualquer fundamento um olhar preconceituoso que atente contra as relações humanas, em particular no detrimento de uma relação intergeracional bem-sucedida. Preconceito que resulta de uma condição de ignorância de um ser humano para com outro ser humano: em sua condição subjetiva, alguém, por ter mais idade, não deixa de ser um homem ou uma mulher. A atitude preconceituosa demonstra intolerância ao que se apresenta, de alguma forma, aparentemente diferente de si próprio, como se a ação de fatores inexoráveis (passagem do tempo, contexto de vida e trajetória pessoal), não afetasse similarmente a todos os seres humanos. Quando dirigidos ao grupo etário de mais idade, os discursos preconceituosos são o mais forte sintoma de não reconhecimento, por muitas pessoas, da heterogeneidade que é característica do processo de envelhecimento (MAGALHÃES; FERNANDES; ANTÃO; ANES, 2010).

O Idadismo continua a se manifestar no discurso cotidiano em afirmações verbais ou gestuais, particularmente dos mais jovens. Tais atitudes revelam uma mera repetição de clichês de seu imaginário que parecem dirigidas a um

outro ser, não-humano; como se estes mais jovens não estivessem também em processo de envelhecimento, não se dando conta eles de que todos somos seres envelhecetes, assujeitados a múltiplos “dispositivos”, no sentido de Agamben (2009).

O curioso é que tais discursos preconceituosos, ao fazerem um uso social não benéfico da linguagem, não deixam de ser mitos e fantasias a respeito dos mais diversos indivíduos (velhos, gordos, baixos, altos, judeus, pobres...). Uma análise científica mais rigorosa pode, sem grande esforço, mostrar sua não procedência, fazendo-os cair por terra imediatamente (BAGNO, 2011).

Cabe fazer referência a Pinsky (2011, p. 7), que lembra, no âmbito da discussão introdutória a sua coletânea dedicada à questão do preconceito, que: “Hoje não temos mais esta ilusão [de o Brasil ser “[...] uma ilha de tolerância num mundo intolerante”] e o monstro da intolerância pode mudar de cara [...] e estar ainda mais perto do que imaginávamos”. Se o preconceito em definição negativa é a forma de “o monstro da intolerância” instalar-se no imaginário individual e social, as consequências não serão senão de ordem discriminatória às pessoas por ele vitimadas, na medida em que, para o teórico, “O preconceito e a própria discriminação [...] ganham terreno quando falamos [...] do jovem com relação ao velho...”. Não obstante a isso, “se o jovem tem a pele mais lisa e mais vigor, perde em experiência e em tolerância [...]”.

Ferreira-Alves e Ferreira Novo (2006), em pesquisas em Portugal, ratificam o Idadismo (*Ageism*) como designação precisa ao preconceito geracional; a análise dos dados de sua pesquisa lhes permite sustentar a tese de que indivíduos jovens mostrem, em sintomática tendência geral, uma prevalência de estereótipos negativos⁶ relativos à idade, às gerações mais velhas no caso, o que é apontado também por Kite, Stockdale, Whitley e Johnson (2005), também por North e Fiske (2012 apud LEVY et al., 2014). Mas o mais importante dessa tese não é, no entanto, a constatação dos preconceitos, que tendem a acarretar efeitos negativos à pessoa idosa; o que importa destacar é que são sintomas de tendências que continuam, de forma insistente, permeando os discursos cotidianos sobre o envelhecimento e a velhice; nada parece produzir efeito sobre tais forças sociais que escapam à consciência dos falantes e que impedem a mudança dos discursos idadistas.

Descrito como uma experiência subjetiva reveladora de uma forma de discriminação muito específica, o Idadismo manifesta-se subjacentemente a

6 Disponível em: <http://www.science.gov/topicpages/n/negative+age+stereotypes.html>. Acesso em: 02 nov. 2013.

certos estilos ou modos de tratamento a pessoas idosas, utilizados por familiares, amigos, profissionais e até mesmo pelo Estado (PALMORE, 1999; 2005).

Allan (2008 apud VERGUEIRO; LIMA, 2010, p. 187) apresenta as modalidades com que se evidencia o Idadismo: *pessoal* (tributário a crenças e sentimentos individuais acerca do envelhecimento); *cultural* (com o foco em estereótipos negativos relativos às pessoas idosas); e *estrutural* (uma conjuntura econômica que retira as vantagens de se ter idade avançada via aposentadoria compulsiva ou forçada, com baixas pensões ou acessos limitados aos cuidados de saúde). Ainda sobre as modalidades de Idadismo, Butler (1980) afirma que: “O impacto destrutivo do preconceito de idade ocorre em três áreas principais: o preconceito social, a discriminação no local de trabalho e o preconceito no sistema de saúde”.⁷ Ou seja, os estereótipos contra as pessoas idosas “[...] prevalecem em uma grande variedade de outros contextos”.⁸ (BUTLER, 2006; LEVY, 2009, apud LEVY et al., 2014).

Schaie (1993) objeta que as atitudes discriminatórias à pessoa idosa também podem funcionar em seu benefício, a despeito de seu prejuízo. Tal aspecto é pormenorizado por Paschoal (2007), ao propor os estereótipos positivos (atribuindo aos idosos (indiscriminadamente, a bem verdade, o que, a nosso ver, assemelha-os aos negativos), qualidades como: bondade, afabilidade, maturidade, experiência, sabedoria, confiança, entre outras; e os negativos (os idosos sendo conservadores, caducos, assexuados, dependentes, com problemas de adaptação a novos papéis e lugares). Nesse sentido, o Idadismo pode tornar-se instrumento de exclusão social, uma arma discursiva do combate linguageiro; quando empregado via um discurso aparentemente natural, pouco reconhecível consequentemente, faz-se subsistir em ato fortemente discriminatório a seu destinatário-alvo. E de onde vem o poder dominante de um discurso apenas com base na variável etária, tomado, pois, por um “furor classificatório” no sentido de Bernadet (2003)? De uma tentativa, parece, de abrir e garantir um espaço de atuação na sociedade, não importando por quais meios isso seja feito, importando apenas os fins; ou seja, em vez de possibilitar um convívio feliz entre pessoas de várias gerações, tal discurso tenta afastar aquelas pessoas que possam ser adversárias à ascensão familiar, profissional ou política de alguém. Seriam, pois, certas afirmações sobre os idosos, equivalentes a mecanismos de intimidação a eles, visando a sua obliteração ou afastamento?

7 “The destructive impact of ageism occurs in three main areas: social prejudice, discrimination in the workplace and bias in the healthcare system” (tradução nossa).

8 “[...] prevail in a wide array of other contexts.” (tradução nossa).

Há diferença semântica e de emprego entre *Ageísmo* e *Discriminação por idade*, segundo Goldani (2010a), que chama a atenção para tal discernimento: embora sejam praticamente termos sinônimos, o primeiro refere atitudes contra outras pessoas em função da idade (aqui restrita às mais velhas), enquanto o segundo descreve a situação em que a idade é fator decisivo para a exclusão (idade menor ou maior a um determinado limite). Perpassa a investigação de Magalhães et al. (2009) a origem do termo *Ageísmo*: *ageism* (<ingl. *Age*, idade), estendendo-o como o terceiro “ismo” da sociedade após racismo e sexismo, discernindo-se pelo fato de qualquer ser humano ser a ele vulnerável, bastando que viva o número suficiente de anos para chegar à velhice (PALMORE, 2001). Acresce-se que o *Ageísmo/Idadismo/Etarismo* faz-se correlacionar a eventos considerados de violência (*bullying*) na sociedade, quando não no seio da própria família: a intolerância contra as pessoas idosas manifesta em maus-tratos, abusos, negligências etc.

Lasagni Colombo et al. (2013) realizaram uma pesquisa com idosos (60-70 anos) residentes em diferentes países latino-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Honduras, Paraguai, Uruguai e Venezuela), quando ratificaram a presença do *Idadismo*, apontando diferenças relevantes entre os grupos dos participantes em decorrência de suas condições socioeconômicas, de educação e saúde.

Após essas considerações, justificamos investigar o tema do *Idadismo*, a partir da análise das respostas de pessoas idosas brasileiras, tomados seus enunciados como acontecimentos sintomáticos de tendências na sociedade. Segundo Goldani (2010a), no Brasil, esforços nesse sentido são recentes, sendo que a “[...] percepção e a avaliação do impacto negativo da discriminação etárias são escassos” (p. 386).

Durante a busca, a fim de definir mais adequadamente o tema, a leitura de alguns artigos e textos conduziu-nos para o termo *Gerontofobia*, sobre o qual encontramos um artigo de Ferreira-Alves e Ferreira Novo (2006), com foco em uma de suas problemáticas, quando utilizaram, de forma bastante efetiva, um instrumento avaliativo adequado à discriminação social contra pessoas idosas, o *Ageism Survey* (PALMORE, 2001). Tal pesquisa totalizou 324 idosos entre 60 e 94 anos, moradores de Braga, Porto e Lisboa. Os resultados mostraram que parte significativa dos participantes foram vítimas de *Idadismo*. Episódios mais referidos reportavam-se às relações com profissionais da saúde, alegando os idosos, dentre outras circunstâncias, dificuldades nos diálogos, em decorrência de problemas de surdez que os levavam a não compreensão do que lhes era dito.

Uma teorização que traz outra perspectiva sobre a questão do preconceito é a postulada por Heller (1972), e que pode abrir os horizontes desse estudo, especialmente por ela se concentrar em aspectos cotidianos da vida social negligenciados por outras áreas — tais como as problemáticas ligadas ao preconceito —, fenômeno presente nas relações entre as pessoas envolvidas em práticas do dia a dia. A respeito dos desdobramentos do trabalho dessa autora, Patto (1990, p. 126-127) afirma:

Tomando por base a afirmação de que “a ultrageneralização é inevitável na vida cotidiana, mas seu grau nem sempre é o mesmo”, Heller (1972, p. 45) cria o espaço teórico para a definição de um tipo particular de juízo provisório: o preconceito. Mais que juízo provisório, o preconceito é um juízo falso, ou seja, um juízo que poderia ser corrigido com base na experiência, no pensamento, no conhecimento e na decisão moral individual, mas não o é porque confirma ações anteriores, é compatível com a conformidade e o pragmatismo da vida cotidiana e protege de conflitos. Na qualidade de juízo provisório que se conserva inabalado contra todos os argumentos da razão, o preconceito tem como componente afetivo a fé, um dos afetos que pode nos ligar a uma opinião, visão ou convicção. Seu limite é a intolerância emocional, intimamente ligada à satisfação de necessidades da particularidade.

Essa autora traz, pois, uma discussão interessante acerca da existência de estereótipos — ou seu lado negativo, os preconceitos — que, antes de um julgamento de valor (como um bem ou como um mal), representam, para ela, uma forma necessária para diminuir a complexidade do mundo atual, sem a qual seria praticamente impossível sobreviverem as relações humanas. Segundo Heller, “[...] os preconceitos têm a função de consolidar e manter a estabilidade e a coesão de integrações sociais, principalmente as classes sociais...” (1972, p. 45). Por preconceito de grupo a autora entende todos os juízos falsos que se referem a todo um grupo, independentemente de o critério, para sua homogeneização, ser essencial ou secundário; trata-se de preconceito contra os membros de um grupo tão-somente pelo fato de serem membros desse grupo (1972).

Com base na discussão até aqui encaminhada e, após a leitura desse último trabalho que fornece uma dimensão mais estendida sobre estereótipos/preconceitos, propomo-nos a abordar a questão do Idadismo, justificando-se, a nosso ver, essa retomada temática justamente porque tal não vem sendo diretamente focada nos estudos brasileiros sobre envelhecimento, velhice e longevidade humana.

Falando em longevidade humana, esta não pode deixar de ser vista como de proveito coletivo, conforme afirma Debert (1999); no entanto, ela tem-se revelado como uma ameaça, na verdade, à reprodução da vida social.

Na sociedade moderna, a velhice, mesmo quando não associada à pobreza ou à invalidez, tende a ser vista como uma fase dramática e indesejada, seja pela sociedade, seja pelos poderes públicos. Nada mais que uma construção social, nos termos de Groth (2003). Segundo ele, a imagem que se tem dos idosos até o presente possivelmente nasceu na sociedade industrial, momento em que se configurou sob um ponto de vista puramente cronológico. Cronologização essa que permite correlacionar a idade com o que se deve fazer em cada fase da vida. Ou seja, consta de nossas expectativas que as crianças devam frequentar a escola, os adultos devam trabalhar, casar e ter filhos. Nada resta, porém, de papel instituído socialmente para os idosos, desconsiderando-se, dessa forma, atributos e potencialidades individuais.

Assim é que se tem a velhice como uma concepção historicamente estabelecida na dinâmica das atitudes, crenças, valores e mitos da sociedade, cujo indicador social é manter-se em oposição à juventude, o que explica a oscilação entre idealização e descrédito ao idoso (NERI; CACHIONI; RESENDE, 2002).

Kertzman (2004) enfatiza que, diante da associação direta de envelhecimento e decadência, parece que nenhuma aquisição supriria tais perdas, até porque, hoje, tem-se a exaltação do culto ao jovem, à beleza, à eficiência, ao novo, em detrimento dos que estão fora desses padrões. Se visto como antagonico ao jovem, conforme Mercadante (2007), configura-se o idoso como ser sem perspectivas, sobrevivendo das lembranças resultantes de experiências ao longo da vida — percepção esta da velhice suscitadora a representações sociais que a padronizam, podendo ampliar posturas a ela preconceituosas.

Ribeiro (2007) é contemporâneo aos textos e autores anteriores: ainda que esteja claro que o envelhecimento seja um processo complexo que apresenta muitas facetas, as representações da velhice, no entanto, continuam pautadas, para esse autor, em função das mudanças corporais externas e das diminuições funcionais, predefinindo essa etapa da vida como de perdas apenas. Diante disso, além do estereótipo negativo decorrente das restrições funcionais do processo normal do envelhecimento, incidem também entraves nos relacionamentos sociais.

Segundo Levy (2014), tais estereótipos⁹ etários da sociedade são internalizados desde a infância e transportados para as relações entre as pessoas. Traduzem eles um certo elitismo, ou seja, o de uma pessoa mais jovem perceber-se mais útil ou mais bonita do que o idoso, o que se qualifica como “preconceito geracional” (SPOSATI, 2011).

9 Um estereótipo tem sido definido como “uma crença exagerada associada a uma categoria” (ALLPORT, 1958, p. 191 apud LEVY et al., 2014).

Neri (2007) confirma que as impressões humanas relativas à velhice residem em valores confusos, hesitantes entre o “encanto e o pânico, a concordância e a rejeição, o respeito e a desvalorização”, dependendo do que se conhece sobre esta fase da vida.

Nessa direção, Ferreira-Alves e Ferreira Novo (2006) enfatizam que o conhecimento científico deve colaborar para uma concepção renovada dos diversos aspectos que assinalam o processo de envelhecimento, desmistificando a ideia veiculada pelo senso comum, que tende a extremos positivos ou negativos.

Tendo em vista tais afirmações, o perfil social da velhice, hesitante entre um quadro e outro, continua sendo um amplo motivador de preconceito e discriminação, embora se tenda a distanciar uma pessoa dessa categoria etária da condição radical de um ser inábil ou inoperante. Assim se vai configurando a velhice como a consequência inexorável do curso da vida, tal como o foram infância, juventude, idade adulta.

Leme (2011) acrescenta que o ser humano não é apenas um ser biológico, mas também um ser biográfico. Diante deste ponto de vista, a pessoa idosa apresenta uma importante diferença em relação ao jovem, ou seja, o idoso tem carga biográfica muito maior que a do jovem; por outro lado, dadas as restrições do organismo em decorrência da idade, o idoso tem carga biológica de menor qualidade. O autor conclui que o jovem é organismo principalmente biológico, enquanto o idoso é principalmente biográfico.

Após essas considerações da literatura pesquisada, neste estudo, após o objetivo geral anteriormente explicitado, temos os seguintes específicos: (a) revisar os conteúdos da literatura sobre como o envelhecimento trata essa questão chamada de Idadismo; (b) a um só tempo, em trabalho empírico, levantar o perfil dos idosos participantes da pesquisa (faixa etária, gênero, estado civil, escolaridade e local da residência); (c) levantar aposição desses sujeitos diante de situações propostas, consideradas preconceituosas, e classificá-las, apontando quais as mais frequentes. É quando se poderão problematizar os resultados, ao discutir os conceitos envolvidos e indagar: por que falamos, do modo como falamos, a pessoas idosas ou sobre elas? Existem defensores da hipótese de que dizeres negativos fortaleçam cognitivamente atitudes negativas, e vice-versa; portanto, nesse sentido, o modo como se utiliza a língua para falar ao/do idoso pode mostrá-la como fonte de preconceito¹⁰. A seguir, algumas reflexões sobre as mudanças trazidas à sociedade pelo envelhecimento.

10 O linguista Sirio Possenti (2013) traz, em âmbito maior, a discussão do preconceito em várias de suas matérias jornalísticas de divulgação dos estudos linguísticos, caso de “Por que falamos como falamos”, publicado em 28 jun. 2013. Disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/palavreado/por-que-falamos-como-falamos>. Acesso em: 20 jan. 2014.

2 Um novo perfil da velhice e do idoso

Um novo perfil do idoso e da velhice, na atualidade, é tributário a acontecimentos como o aumento da expectativa de vida e das condições mundiais mais favoráveis à existência humana, assim como aos novos estudos que concebem o envelhecimento como um processo contínuo da vida humana. Essa nova perspectiva acarretou uma maior visibilidade da velhice, que não pode mais ser pautada por concepções generalizantes e baseadas em estereótipos e banalização da condição de ser velho (ALMEIDA, 2003). É preciso que se afaste do contexto da sociedade contemporânea a ideia de rejeição à velhice, ou a situação de exclusão social do idoso.

Os Princípios das Nações Unidas para o Idoso¹¹, da Assembleia Geral da ONU (1991), não deixam de insistir nessa questão, segundo Silva (2007, p. 81):

Considerar o discernimento prejudicado pela idade é atentar contra esses princípios internacionalmente apregoados, violar um objetivo fundamental e constitucional da República Brasileira (Art.3º, III: promover o bem de todos, sem preconceitos de raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação) e oficializar o etarismo.

Lodovici e Medeiros (2009) apontam a complexidade das situações de convivência cotidiana diante dos desafios e necessidades que caracterizam a “longevidade prolongada”. O idoso passa a ser um ator presente no conjunto de discursos produzidos nas políticas públicas, na definição de novos mercados de consumo e novas formas de lazer. Embora esteja ocorrendo a quebra da “conspiração do silêncio”, tornando a velhice tema de expressão e legitimidade nos dias atuais (DEBERT, 1999), ainda se mantém, em muitos, a ideia de que velho é sempre o outro (BEAUVOIR, 1970), ideia, porém, cada vez mais tributária à “gigantesca acumulação e proliferação de dispositivos” afetadores de subjetividades, tal como o dos preconceitos que discriminam certos segmentos da sociedade que se deixam a ela submeter, conforme explicita Agamben (2009, p. 42):

Certamente, desde que apareceu o *homo sapiens* havia dispositivos, mas dir-se-ia que hoje não haveria um só instante na vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo.

11 Princípios da dignidade, autorrealização, assistência, participação e independência.

No caso das pessoas idosas, como enfrentar o mecanismo dos preconceitos?¹² Ainda segundo Agamben (2009, p. 44), uma estratégia que se deve seguir no cotidiano “corpo a corpo” diante dos dispositivos “[...] não pode ser simples, já que se trata de liberar o que foi capturado e separado por meio dos dispositivos e restituí-los a um possível uso comum”. O enfrentamento do mecanismo preconceituoso, no caso deste estudo, não significaria, porém, se visto na perspectiva de Agamben, que esses sujeitos teriam adquirido uma nova subjetividade; eles continuariam sendo “[...] de resto, o resultado do dispositivo... [dos discursos] nos quais estão capturados”. Sob essa perspectiva é que, a partir da interpretação das respostas dos idosos entrevistados a seguir, tenta-se também recuperar algumas estratégias ou contradispositivos aos preconceitos, mediante abordagem metodológica condizente aos propósitos dos saberes gerontológicos.

3 Metodologia

Nesta pesquisa foi empregada a abordagem qualitativa que, segundo Godoy (1995), assume um espaço reconhecido entre as diversas possibilidades de se estudarem os acontecimentos que abarcam os indivíduos e suas complexas relações sociais.

A revisão bibliográfica utilizada como recurso metodológico, realizou-se por meio de artigos científicos, revistas e textos acadêmicos encontrados em sites de saúde pública, como LILACS, SCIELO, BIREME, PSICWEB, entre outros. Focar a pesquisa bibliográfica, de acordo com Marconi e Lakatos (1987), é fundamental, ao selecionar a literatura sobre o tema, pôr-se a par dos conhecimentos científicos acumulados, propiciando o avanço das reflexões. A pesquisa aqui descrita caracteriza-se como um estudo descritivo, transversal, com as buscas orientadas por palavras-chave: Idadismo/Ageísmo/Etarismo; Preconceito Geraional; Discriminação ao Idoso; e Intolerância etária, complementadas por entrevistas com idosos, a fim de recuperar sua posição diante do Idadismo.

12 Preconceitos e estereótipos manifestam-se, por exemplo, também quando diminutivos são dirigidos aos idosos: “O velhinho da banca de jornais”, “Bonitinha que é essa velhinha!”, “Cuidado, avozinho, eu mesma faço isso!”, “Vovó, essa roupa não tá legal na senhora!”, alegadamente afetivos por “proteção e cuidado”. São expressões que ninguém estranha à primeira vista — embora preconceituosas, fato esse que vem sendo já orientado em termos legais: “Seguindo...o Primeiro Plano de Ação da ONU (VIENA, 1982), é fundamental que governantes, legisladores, pesquisadores, mídia e o público em geral mudem o olhar em relação ao idoso, abandonando a perspectiva de mera “proteção e cuidado” e privilegiando o envolvimento, a participação e a valorização de suas escolhas — principalmente as afetivas” (SILVA, 2007, p. 81).

A amostra da pesquisa empírica incluiu como sujeitos 145 brasileiros, selecionados em dois lócus: — em uma Universidade Aberta à Maturidade (em que todos eram de classe média, alguns com ensino superior, outros com segundo grau completo); — em dois Centros de Convivência de Idosos: um em região central e outro na periferia da capital paulistana (a maioria com ensino fundamental e médio; nenhum com ensino superior). A idade do grupo variou entre 60 e 86 anos, sendo 122 do sexo feminino (84,1%) e 23 do sexo masculino (15,9%). Quanto ao estado civil, 63 eram casados; 59 viúvos; 15 solteiros e 8 divorciados. O nível de escolaridade/educacional e cognitivo do grupo foi considerado adequado à pesquisa. Os participantes apresentavam condições diversificadas de trabalho; residiam de forma independente (em residências) ou em instituições na cidade de São Paulo (SP), Brasil.

Os entrevistados foram convidados a participar do estudo de forma a serem respeitadas as exigências decorrentes da submissão da pesquisa à apreciação técnica quanto aos requisitos éticos, atendendo à lei 196/96. Os idosos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), antes do início da pesquisa com o livre-arbítrio de retirar seu consentimento a qualquer momento.

A escolha do instrumento empregado na coleta dos dados incidiu na versão portuguesa do *Ageism Survey* (PALMORE, 2001 apud FERREIRA-ALVES; FERREIRA NOVO, 2006). Este instrumento, tendo como base uma escala de resposta tipo *Likert*, é mesclado por vinte itens que requerem do idoso conhecimento sobre suas experiências em determinadas situações ou episódios de preconceito/discriminação social em consequência da idade avançada. Diante de cada item, o participante da pesquisa deve assinalar o número que satisfaça à frequência com que determinado episódio sucedeu, sendo previstas as três opções seguintes: “Nunca ocorreu” = 0; “Ocorreu uma vez” = 1; ou “Ocorreu mais que uma vez” = 2. O questionário inclui também questões relativas à idade, sexo, estado civil, nível educacional e local da residência.

Voltamos à pergunta que permitiu a escrita dos objetivos deste estudo: Como se posiciona o idoso submetido a situações de preconceito a seguir indagadas; se ele se dá conta ou não de seus efeitos, considerando que o sujeito, segundo Agamben (2009, p. 41), resulta de uma relação “[...] por assim dizer, de corpo a corpo entre os viventes e os dispositivos [...]”, diante da própria linguagem, que talvez seja “o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata — provavelmente sem se dar conta das consequências que se seguiriam — teve a inconsciência de se deixar capturar”?

4 Resultados e discussão dos dados

4.1 Quanto à frequência de episódios de preconceito/discriminação à pessoa idosa:

Vale ressaltar que os resultados foram analisados considerando duas categorias de reconhecimento de discriminação: vivenciou uma vez; e vivenciou mais de uma vez, conforme Tabela 1:

Tabela 1 – Episódios e dados avaliados quanto à variável “Frequência de episódios com preconceito/discriminação à pessoa idosa”

	Questões	Número de idosos
1ª	Contaram-me uma piada que ridicularizava as pessoas de mais idade (1) Falaram comigo de forma condescendente ou paternalista devido à minha idade (5) ¹³	41
2ª	Um médico ou enfermeiro supôs que as minhas dores fossem devidas à minha idade (12)	38
3ª	Sugeriram que eu não ouço bem devido à minha idade (16)	31
4ª	Fui ignorado(a) ou não levado(a) a sério devido à minha idade (3)	30
5ª	Sugeriram que eu não compreendo bem devido à minha idade (17)	23
6ª	Chamaram-me de um nome impróprio, que me incomodava, devido à minha idade (4)	19
7ª	Fui tratado(a) com menos dignidade e respeito devido à minha idade (10)	18
8ª	Alguém me disse: “O(A) Sr.(a) é muito velho(a)” (18)	16
9ª	Fui vítima de violência (física/moral) devido à minha idade (20)	13

Os resultados da Tabela 1 chamam-nos a atenção para o fato de o reconhecimento dos episódios de preconceito/discriminação dar-se de forma relativamente frequente entre os sujeitos. Dos 145 participantes, 93 (64%) mencionam ter-se dado conta de um ou mais tipos desses episódios — assim como é atestado em Ferreira-Alves e Ferreira Novo (2006); Ribas e Pontes (2010); Vergueiro e Lima (2010); e Fernandes et al. (2012). Isso nos indicia como algumas pessoas idosas se posicionam de forma lúcida e crítica,

13 Esses dois episódios apresentaram a mesma quantidade de idosos referindo o preconceito. Por isso, ambos ficaram juntos no primeiro lugar.

sabendo colocar-se muito bem dentro das variáveis situacionais apresentadas, marcando, pois, que estão longe de ser insensíveis aos discursos ou atitudes dirigidas a elas, atestando que sua sensibilidade continua mantida, apesar do avanço da idade.

4.2 Quanto à percepção mais expressiva de preconceito/discriminação:

Das seis questões com maior frequência de respostas em relação à idade, constata-se a percepção de discriminação mais expressiva pelos idosos manifesta em aspectos como: *Contar anedotas ridicularizando a velhice* (1); *Assumir paternalismo ou mostrar-se benevolente com o idoso* (5); *Atribuir dores devido à idade* (12); *Evidenciar surdez devido à idade* (16); *Ser ignorado pelas demais gerações devido à idade* (3); e *Manifestar incompreensão ao idoso* (17).

Verificando as três questões com maior regularidade de respostas em que o idoso vivenciou ou sentiu em cada uma das situações como sendo uma única vez foram: *Atribuir dores à idade* (12); *Evidenciar surdez devido à idade* (16); e *Assumir paternalismo ou mostrar-se benevolente com o idoso* (5).

No que se refere à ocorrência de mais de uma vez foram: *Contar anedotas ridicularizando a velhice* (1); *Assumir paternalismo ou ser benevolente com o idoso* (5); e *Ser ignorado pelas demais gerações devido à idade* (3).

Esses resultados nos indicam que os idosos, aqui, mostram sua capacidade de discernimento ao se posicionarem diante das modalidades diversas de preconceitos, o que faz cair por terra a afirmação genérica, homogeneizante, de que as pessoas idosas tornam-se alheias aos acontecimentos do dia a dia.

4.3 Quanto à frequência de ocorrência dos episódios de preconceito/discriminação:

A seguir, são apresentadas, na Tabela 2, as respostas das pessoas idosas sobre a frequência de ocorrência do acontecimento em foco:

Tabela 2 – Sobre a frequência de ocorrência do acontecimento em foco

RESPOSTAS DOS IDOSOS				
Frequência Questão	“Nunca ocorreu” = 0	“Ocorreu uma vez” = 1*	“Ocorreu mais que uma vez” = 2*	Total*
1	104	09	32	41
2	138	04	03	07
3	115	14	16	30
4	126	05	14	19
5	104	15	26	41
6	142	02	01	03
7	144	01	00	01
8	141	02	02	04
9	137	05	03	08
10	127	10	08	18
11	138	05	02	07
12	107	25	13	38
13	143	01	01	02
14	134	06	05	11
15	139	04	02	06
16	114	19	12	31
17	122	10	13	23
18	129	10	06	16
19	141	03	01	04
20	132	11	02	13

*Soma: “Ocorreu uma vez” e “Ocorreu mais que uma vez”

4.4 Quanto à percepção do preconceito/discriminação *versus* idade:

Do total de 93 idosos, 64% deles mencionaram reconhecer algum tipo de preconceito/discriminação. Tendo em conta os valores absolutos por grupos de idade, os números nos mostram que a diversidade discriminatória é maior no grupo de 60-70 (G1), justo por contar com o maior número de participantes, o que é visto na Tabela 3:

Tabela 3 – Percepção do preconceito/discriminação *versus* idade

Grupo de idade	Nº total de participantes	Nº dos que mencionam preconceito	Porcentagem
G1 (60-70 anos)	95	57	61%
G2 (71-80 anos)	39	26	28%
G3 (81-86 anos)	11	10	11%
Total	145	93	

4.5 Quanto ao reconhecimento de discriminação pelos idosos *versus* a frequência de discriminação:

Tabela 4 – Reconhecimento de discriminação pelos idosos *versus* a frequência de discriminação

Grupo de idade	N.º total de participantes	01 vez	> 01 vez
G1 (60-70 anos)	95	41 (72%)	39 (68%)
G2 (71-80 anos)	39	20 (77%)	15 (58%)
G3 (81-86 anos)	11	07 (70%)	05 (50%)
Total	145	41 (72%)	39 (68%)

Verifica-se, pois, na Tabela 4, que o grupo que proporciona maior percentagem para o reconhecimento de discriminação no que se refere à frequência (de discriminação) para *uma vez* foi o G2, de 71-80 anos, com 77%; e, para *mais de uma vez*, foi o G1 (60-70) com 68%.

Consideramos curioso o nível decrescente de percepção, manifesto pelos idosos aqui entrevistados: — os de idade mais avançada (81-86 anos) são os

que menos relatam ocorrências de preconceito a que estiveram submetidos. Os de 71-80 relatam maior porcentagem para *uma única vez*. Os de idade menos avançada (60-70) relatam, como reiteradas, em *mais de uma vez*, as ocorrências preconceituosas, sendo os que se posicionam como os mais sensíveis a tais situações.

4.6 Quanto à percepção de discriminação *versus* sexo do entrevistado:

Tabela 5 – Percepção de discriminação *versus* sexo

Grupo	N.º total de participantes	Mencionado 01 vez	> 01 vez
Feminino	78	57 (73%)	49 (63%)
Masculino	15	11 (73%)	9 (60%)
Total	93	68	58

Vê-se, pois, na Tabela 5, que o reconhecimento de discriminação *versus* sexo do entrevistado, se ligado ao *número de vezes* com que é mencionado o fenômeno, é muito similar entre homens e mulheres. Não foram encontradas, pois, diferenças estatísticas significativas, ratificando os resultados de Ferreira-Alves e Ferreira Novo (2006) e Ribas e Pontes (2010), ao qualificarem a variação sexo como não diferenciadora.

4.7 Quanto ao reconhecimento do preconceito/ discriminação *versus* nível de escolaridade *versus* tantas vezes de ocorrência do episódio:

Tabela 6 – Reconhecimento de discriminação *versus* escolaridade *versus* a reiteração de ocorrência do episódio

Grupo	N.º total de participantes	Mencionado 1 vez	> 1 vez
Ensino fundamental	34	28 (82%)	16 (47%)
Ensino médio	34	25 (4%)	23 (68%)
Ensino superior	25	15 (60%)	19 (76%)
Total	93	68	58

Os resultados da Tabela 6 indicam-nos que, quanto maior o nível de escolarização das pessoas idosas (no caso, ostentando ensino superior), parece que em outra posição elas se colocam, pois se dão conta — antes que idosos menos escolarizados — da reiteração dos discursos preconceituosos, o que indica que elas se alertam mais, tendo mecanismos adequados para detectar essa problemática. Indicam-nos também que os discursos ou atitudes que desmereçam a velhice precisam deixar de ser veiculados, pois podem produzir efeitos danosos a um corpo social idoso mais dócil ou frágil ou menos escolarizado (mais ingênuo, talvez), que não foi alertado para os múltiplos sentidos dos enunciados verbais e das atitudes, podendo trazer conotações pejorativas, explícitas ou implícitas ao ouvinte. Os resultados expõem as distinções entre os diversos níveis de escolaridade, embora não se caracterize entre elas uma relação linear, biunívoca, o que é corroborado por Ferreira-Alves; Ferreira Novo (2006).

4.8 Quanto à percepção de preconceito/discriminação *versus* estado civil:

Tabela 7 – Percepção de preconceito/discriminação *versus* estado civil

Grupo	N.º total de participantes	Mencionado 1 vez	>1 vez
Solteiro	10 (11%)	08 (80%)	06 (60%)
Casado	34 (37%)	22 (65%)	25 (74%)
Divorciado	05 (5%)	04 (80%)	04 (80%)
Viúvo	44 (47%)	34 (77%)	23 (52%)
Total	93	68	58

Os números na Tabela 7 mostram que o grupo com maior percentagem para o reconhecimento de preconceito/discriminação no que se refere à frequência *Mencionado uma vez* foi o de solteiros e divorciados, com 80%; e *Mencionado mais de uma vez*, os divorciados com 80%. O confronto desses dados nos permite afirmar que os divorciados são os idosos que mais se posicionam contra os episódios de preconceito/discriminação, sentindo-se mais afetados, e alertas para sua reiteração, até mesmo mais que os solteiros.

Comparando este estudo brasileiro e os de Ferreira-Alves; Ferreira Novo (2006) e Fernandes et al. (2012), podemos destacar, após a análise dos resultados

em função da frequência de respostas, além das *similaridades, oscilações de valor* entre o estudo atual e tais investigações:

De um lado, o presente estudo sobre a posição dos idosos quanto à sua percepção de preconceito/discriminação mostrou maior frequência em *Contextos de saúde* (12); *Evidenciar surdez devida à idade* (16); e *Falta de capacidade de compreensão devida à idade* (17). De outro lado, as demais pesquisas, de Ferreira-Alves e Ferreira Novo (2006) e Fernandes et al. (2012), constataram maior frequência em: *Assumir a surdez devida à idade* (16); *Falha na habilidade de compreensão devida à idade* (17); *Associar dores à idade* (12); e *Paternalismo devida à idade* (5), o que significa que esses segundos resultados implicam algum aspecto relativo a *suporte social*.

Quanto ao fator *idade e percepção de discriminação*, a apuração de Ferreira-Alves e Ferreira Novo (2006) assinala que os idosos com idade mais avançada (81-84 anos de idade) assumem a posição dos mais discriminados. Destoam desses números, os resultados da presente pesquisa, em que idosos de menos idade (60-70 anos) é que se colocam em posição de mais afetados. Ao analisar a frequência de respostas que remetem para a *Ocorrência de episódios isolados*, também foi constatada maior percentagem no grupo dos idosos com idade entre 71 e 80 anos.

O *estado civil* parece relacionar-se com a *frequência de reconhecimento de preconceito/discriminação relativamente à idade*, já que mais de 50% dos grupos mencionaram uma vez, ou mais de uma, tal reconhecimento. Contrariamente ao que apresentam Ferreira-Alves e Ferreira Novo (2006), Ribas e Pontes (2010) e Fernandes et al. (2012), sem diferenças estatisticamente significativas.

Dessa forma, pudemos apontar, nesta Discussão dos Dados, as similaridades e as diferenças entre os resultados deste estudo e os dos autores citados, passando agora a algumas considerações finais e aos desdobramentos desta pesquisa.

5 Considerações finais

De acordo com os objetivos propostos, esta investigação evidencia a presença renitente do Idadismo na sociedade brasileira, manifesto por meio da posição, assumida pelos idosos aqui entrevistados, de o afirmarem em muitas situações de vida. Dados que decorrem da escuta de dizeres (enunciados verbalmente), espessados por conotações negativas, e que resultam, na maior parte das vezes, em atitudes discriminatórias, fazendo-se ver que o discurso pode ser uma via para a veiculação de preconceitos, de estereótipos.

Subjacentemente a esses discursos e atitudes, há a concepção equivocada do que é ser uma pessoa de mais idade. Curioso é que a maior parte das pessoas idosas, sem qualquer indagação, deixa-se submeter a esses tratamentos preconceituosos. Tal situação permite identificar consequências: de um lado, o quanto do preconceito manifesto na língua faz decorrer a muitos idosos a discriminação familiar, social, na área da saúde, do trabalho, dentre outras, e como isso pode afetar sua subjetividade, trazendo-lhe efeitos negativos (de baixa autoestima, de total precariedade, de sentimentos de insegurança pela perda de sua posição na família e na sociedade). De outro lado, acreditando-se em um declínio dos efeitos do preconceito/discriminação, o quanto estas poderiam sentir-se socializadas harmonicamente com as demais gerações para uma convivência produtiva e feliz.

Com efeito, uma continuidade desta investigação poderá apurar, com mais acuidade, os desdobramentos quanto à afetação, ou não, da pessoa idosa, pelo Idadismo; por exemplo, aprofundar, com novos dados, as reflexões sobre um fato aqui indiciado, acrescido de novas hipóteses, de que: (a) idosos mais escolarizados/cultos (de qualquer momento da velhice); bem como (b) idosos de uma finitude mais iminente; e, talvez, (c) idosos mais abonados, componham uma “tríade gerontológica mais preservada” diante do Idadismo. Segundo nossas expectativas, justamente por disporem de mecanismos (no sentido de Agamben, 2009) muito singulares, a nosso ver da ordem do processo de subjetivação/dessubjetivação, que podem sobrepor-se ao mecanismo de incidência renitente de preconceitos (pelo outro ou até pelos próprios assujeitados), tendo sido este um dos mecanismos, aqui registrado: o de os idosos objetivamente capturarem a reiteração de frequência (“de mais de uma vez”) de tais discursos ou atitudes. Pois bem: o que dizer, então, acerca do que hipotetiza, *mutatis mutandis*, Pochintesta (2014, p. 37, ratificando Heckhausen e Schultz, 1995), de que “[...] conforme se avanza en edad disminuye el control interno percibido [...]”, i.e, “[...] el control percebido aparece dominado por las circunstancias externas”? Chegamos a um ponto de indecidibilidade: seria uma questão de lócus de aplicação do questionário, ou de diferença quanto ao ponto de vista adotado na interpretação dos dados, ou de outra ordem?

De qualquer forma, consideramos a centralidade das diferenças interpessoais, de ordem subjetiva ou física, que ostentam uma riqueza de sentidos mais decisiva no contexto de reconhecimento do valor do segmento idoso — o que não deixa de ser uma decisão essencialmente política, já que este constitui uma parcela populacional crescentemente significativa em nossa sociedade.

Tal reconhecimento levaria, certamente, a pensar que a homogeneidade de afetação pelos preconceitos etários não é atestável, dado que alguns idosos, atentos a determinados mecanismos coercitivos, a eles se sobrepõem por meio de contramecanismos, suspendendo a propalada denúncia de intolerância dos mais jovens, sendo desfeitos, assim, os traços desqualificadores. A respeito de certas pessoas idosas que tomam posição em relação a seu presente, bem lembram Lalive d'Épinay e Cavalli (2013), como citados em Pochintesta (2014, p. 28): “Antes que el deterioro y la dependencia es más bien la diversidad y heterogeneidad lo que se constata en las personas de cuarta edad”.¹⁴ Além do que, em desdobramentos a este estudo,¹⁵ poderemos investigar a necessidade de um olhar diferenciado para enunciados qualificados como preconceituosos: por exemplo, o processo de diminuição da audição não deveria talvez ser assim nomeado, haja vista esse acontecimento se dar de forma diferenciada entre as pessoas, por ser mudança orgânica sobre a qual existe pouca possibilidade de influência. Contrariamente a esta, a suposta incapacidade de o idoso compreender uma fala pode ser dita como muito mais preconceituosa, dependendo da manutenção ou perda de capacidades cognitivas — processo diversificado, de grande plasticidade.

É necessário, a nosso ver, que se promova uma efetiva educação multidisciplinar sobre questões relacionais entre as pessoas (como as do Idadismo aqui tratado), nas variadas instâncias da sociedade: nas famílias, nas escolas, na mídia, nos espaços de saúde, nas academias, junto aos movimentos sociais, com a partilha de experiências correlativas jovens-idosos, pró-manutenção das boas relações intergeracionais.

Em suma, é imprescindível que as ações de esclarecimento e sensibilização junto à sociedade contem com o envolvimento dos próprios idosos que desejem acertar contas com seu atual tempo — em que lhes é dado viver mais com as consequentes tarefas que lhes concernem —, às quais eles precisam dar ouvidos e das quais não podem se distanciar. À luz de Agamben (2009), pode-se dizer que o compromisso colocado aqui aos idosos não pode estar ligado simplesmente a um tempo cronológico: são procedimentos que urgem dentro deste e que devem introduzir nesse tempo a “desomogeneidade”, trazer transformações nas relações entre gerações, ou mais precisamente, deslocar/desfazer discursos improdutivos, explícitos ou implícitos nas relações cotidianas do “tempo-de-agora” (o tempo existencial, ou kairosiano).

14 A “quarta idade” é expressão relativamente nova para definir a multidão de octogenários, nonagenários e centenários que habita o Brasil neste século XXI.

15 Registrando-se aqui, *ipsis litteris*, a sugestão a este artigo feita por um(a) parecerista, que será aprofundada na continuidade desta pesquisa, e a quem ficamos muito gratas pela feliz proposta.

Por consequência, acreditamos que, assumindo um olhar diferenciado voltado a formas produtivas de relação entre as pessoas, teremos um compartilhar harmônico com respeito às diferenças individuais entre os seres, perspectivando um futuro mais promissor, ético e justo, com vistas, assim, a uma sociedade que seja adequada a todas as pessoas e idades.

SOME NOTES ON AGEISM:
THE ELDERLY POSITION OF AN APPEAL
OVER SUBJECTIVITY

abstract

The elderly new profile has resulted in greater visibility towards old age, highlighting one of the problems it faces — social discrimination, expressed by means of prejudicial statements, behaviors and attitudes — still present within everyday interactions against old people. The objective of this research is to investigate, in the light of Social Gerontology, old people perception before social discrimination episodes and evaluate the consequent negative impacts they cause. The present article is based on the revision of literature, providing some theoretical positions as to prejudice and discrimination, subsumed under Ageism as well as empirical data from interviews with old people. A cross-sectional study was conducted counting on a sample of subjects of both sexes and ranging in age from 60 to 86 years old. The data collection used the Portuguese version of the instrument *Ageism Survey*, with a view towards the functions evaluated: frequency of discrimination; perception of discrimination related to sex, schooling and marital status. The results showed significant perception of discrimination on all variables. Thus, this study draws attention to the need of actions focused on education about aging and old age so as the elderly quit receiving the effects of age discrimination, being able to live old age with more dignity, provided subjectivity is preserved, building a society suitable for all ages.

keywords

Ageism. Generational bias. Discrimination to the elderly.

referências

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo?* e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.
- ALLPORT, Gordon Willard. *The nature of prejudice*. Garden City: Addison-Wesley, 1958.
- ALMEIDA, Vera Lúcia Valsechi. Modernidade e Velhice. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 75, p. 35-54, 2003.
- BAGNO, Marcos. Preconceito Linguístico? Tô fora! In: PINSKI, Jaime (Org.). *12 Faces do Preconceito*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 59-68.
- BEAUVOIR, Simone de. *A velhice: a realidade incômoda*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BERNARDET, Jean-Claude. Ser ou não ser não é a questão. In: PINSKY, Jaime (Org.). *12 Faces do Preconceito*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 29-38.
- BUTLER, Robert N. Age-ism: Another form of bigotry. *The Gerontologist*, Oxford, v. 9, n. 4, p. 243-246, 1969.
- _____. Ageism: A foreword. *Journal of Social Issues*, New York, v. 36, n. 2, abr.1980.
- _____. *The Longevity revolution: The benefits and challenges of living a long life*. New York: PublicAffairs, 2006.
- DEBERT, Guitta Grin. *A Reinvenção da Velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Fapesp, 1999.
- FERNANDES, Nair Francisca; AFONSO, Rosa Marina; PEREIRA, Henrique; LOUREIRO, Manoel Joaquim. Avaliação da percepção de discriminação em pessoas idosas. *International Journal of Developmental and Education Psychology*, Espanha, v. 1, n. 2, p. 105-114, nov., 2012.
- FERREIRA-ALVES, José; FERREIRA NOVO, Rosa. Avaliação da discriminação social de pessoas idosas em Portugal. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, Portugal, v. 6, n. 1, p. 65-77, jan., 2006.
- GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisas Qualitativas — Tipos Fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.
- GOLDANI, Ana Maria. "Ageism" in Brazil: what is it? Who does it? What to do with it? *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 27, n. 2, jul./dez. 2010a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982010000200009>. Acesso em: 20 maio 2013.
- _____. Desafios do "preconceito etário" no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 111, p. 411-434, abr./jun. 2010b.
- GROTH, Silvio M. É Possível EnvelheSer? In: TERRA, Newton Luiz; DORNELLES, Beatriz (Eds.). *Envelhecimento Bem-Sucedido*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2003. p. 255-258.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- KERTZMAN, Olga Facciolla. "Velho, é o outro!": a experiência do envelhecimento de idosos usuários do Núcleo de Atenção à Saúde do Idoso. 2004. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) — Programa de Pós-Graduação em Infecções e Saúde Pública, Coordenação dos Institutos de Pesquisa da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, São Paulo. 2004

KITE, Mary E.; STOCKDALE, Gary D.; WHITLEY JR., Bernard E.; JOHNSON, Blair T. Attitudes toward younger and old adults: An updated meta-analytic review. *Journal of Social Issues*, Malden, v. 61, n. 2, p. 241-266, June, 2005.

LASAGNI COLOMBO, Viviana X. et al. Estereótipos negativos hacia la vejez en personas mayores de Latinoamérica. *Revista Kairós Gerontologia*, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 09-23, dez. 2013.

LEME, Luiz Eugênio Garcez. Quem gosta de velho é reumatismo! In: PINSKI, Jaime. (Org.). *12 Faces do Preconceito*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 39-48.

LEVY, Becca R. Stereotype embodiment: A psychosocial approach to aging. *Current Directions in Psychological Science*, London, v. 18, n. 6, p. 332-336, Dec. 2009.

LEVY, Becca R.; CHUNG, PIH.; BEDFORD, Talya; NAVRAZHINA, Kristina. Facebook as a site for negative age stereotypes. *Gerontology*, Oxford, v. 54, n. 2, p. 172-176, Apr. 2014.

LODOVICI, Flaminia Manzano Moreira; MEDEIROS, Suzana da Aparecida Rocha. "Formas de significar" a moradia da pessoa idosa, sob uma perspectiva interdisciplinar. In: CONGRESSO DE LA CÁTEDRA DE PSICOLOGÍA DE LA TERCERA EDAD Y VEJEZ "ENVEJECIMIENTO Y VIDA COTIDIANA", 1., 2009, Buenos Aires. *Anais...* Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2009. p. 01-20. Disponível em: http://www.psi.uba.ar/estudiantes.php?var=extension/jornadas_congresos/jornadas_congresos_realizados/tercera_edad_vejez_2009/index.php. Acesso em: 02 out. 2013.

MAGALHÃES, Carlos Pires et al. Idadismo. [Comunicação]. In: CONGRESSO "O DOENTE CRÔNICO E A SAÚDE COMUNITÁRIA", 1., Bragança. *Anais...* Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 2009. p. 01-03. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/4247/1/Comunica%C3%A7%C3%A3o%20-%20Idadismo.pdf>. Acesso em 02 out. 2013.

MAGALHÃES, Carlos Pires; FERNANDES, Adília; ANTÃO, Celeste; ANES, Eugénia. Repercussão dos Estereótipos sobre as Pessoas Idosas. *Revista Transdisciplinar de Gerontologia*, Porto, v. 3, n. 2, p. 7-16, fev./jul. 2010. Disponível em: files.rtggerontologia.webnode.pt/200000030.../RTG%20II,%202010.pdf. Acesso em: 02 out. 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do Trabalho Científico*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1987.

MENDES, Márcia R. S. S. Barbosa; GUSMÃO, Josiane Lima de; MANCUSSI-FARO, Ana Cristina; LEITE, Rita de Cássia Burgos de O. A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo v. 18, n. 4, p. 422-426, jul./ago. 2005.

MERCADANTE, Elisabeth Frohlich. Algumas Reflexões sobre o Lugar Social da Velhice e do Velho. In: São Paulo. Secretaria da Saúde. *Violência doméstica contra a pessoa idosa: orientações gerais*. São Paulo: Secretaria Municipal de Saúde, 2007. p. 16-17.

NERI, Anita Liberalesso. Atitudes e preconceitos em relação à velhice. In: NERI, Anita Liberalesso. *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na Terceira Idade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. p. 33-46.

NERI, Anita Liberalesso; CACHIONI, Meire; RESENDE, Marineia Crosara de. Atitudes em relação à velhice. In: FREITAS, Elizabeth Viana de et al. (Orgs.). *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p. 972-980.

NORTH, Michael S.; FISKE, Susan T. An inconvenienced youth? Ageism and its potential intergenerational roots. *Psychological Bulletin*, Berkeley, v. 138, n. 5, p. 982-997, set. 2012.

PALMORE, Erdman B. *Ageism: Negative and Positive*. 2 ed. New York: Springer Publishing Company, 1999.

_____. The ageism survey: first findings. *The Gerontologist*, Oxford, v. 41, n. 5, p. 572-575, Oct. 2001.

PALMORE, Erdman B.; BRANCH, Laurence; HARRIS, Diane. *Encyclopedia of Ageism*. New York: The Haworth Press, 2005.

PASCHOAL, Sergio. Envelhecer com dignidade, um direito humano fundamental. São Paulo. Secretaria da Saúde. *Violência doméstica contra a pessoa idosa: orientações gerais*. São Paulo: Secretaria Municipal de Saúde, 2007. p. 13-15.

PATTO, Maria Helena Souza. O conceito de cotidianidade em Agnes Heller e a pesquisa em educação. *Perspectivas*, São Paulo, v. 16, s/n., p. 119-141, jan./dez. 1993. Disponível em: <http://www.ip.usp.br/portal/images/stories/MH/o_conceito_de_cotidianidade.pdf>. Acesso em: 08 out. 2014.

PINSKI, Jaime. (Org.). *12 Faces do Preconceito*. São Paulo: Contexto, 2011.

POCHINTESTA, Paula Analía. Percepción del tiempo biográfico em la cuarta edad: un estudio de casos. *Revista Kairós Gerontologia*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 25-41, set. 2014.

RIBAS, Isabel; PONTES, Manuela. Percepção dos idosos sobre episódios de discriminação social. *Revista da Faculdade de Ciências*, Porto, s./v., n. 7, p. 144-154, ago. 2010.

RIBEIRO, Antonio Pedro Freire. *Imagem da velhice em profissionais que trabalham com idosos: enfermeiros, médicos e técnicos de serviço social*. 2007. 208 f. Dissertação (Mestrado em Geriatria e Gerontologia) – Secção Autónoma de Ciências da Saúde, Universidade de Aveiro, Aveiro. 2007.

SCHAIK, Warner. Ageist language in psychological research. *American Psychologist Association*, EUA, v. 48, n. 1, p. 49-51, jan. 1993.

SILVA, Anna Cruz de Araújo Pereira da. Afetiv(idade): uma questão afeta ao Direito. *Revista Kairós Gerontologia*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 71-84, jun. 2007.

SPOSATI, Aldaíza. Feios, sujos e malvados. In: PINSKI, Jaime. (Org.). *12 Faces do Preconceito*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 113-119.

VERGUEIRO, Maria Emília de Clara; LIMA, Margarida Pedro de. O *ageism* e os maus-tratos contra a pessoa idosa. *Psychologica*, Coimbra, v. 52, n. 3, p. 185-208, dez., 2010.

Recebido em: 23/09/2014
Aceite final: 25/11/2014